

CONDIÇÕES ESPECIAIS

ÍNDICE

As presentes disposições desenvolvem e completam, se necessário, as condições gerais do contrato. Salvo disposição em contrário das presentes condições especiais, as condições gerais continuam a ser integralmente aplicáveis. Os artigos das condições especiais não são numerados consecutivamente, antes seguindo a numeração dos artigos das condições gerais. Em casos excepcionais e com a autorização dos serviços competentes da Comissão, podem ser acrescentadas outras cláusulas para cobrir situações específicas.

Artigo 2.º Língua do contrato

2.1 A língua utilizada é o português.

Artigo 4.º Comunicação

- 4.1 Endereço de Contacto:
COSV – Coordinamento delle Organizzazioni per il Servizio Volontario
Avenida Julius Nyerere, n. 269, Cidade de Quelimane
Endereço electrónico: mozambique@cosv.org
- 4.2 A entidade adjudicante e o adjudicatário utilizarão um sistema eletrónico em todas as fases de execução, incluindo nomeadamente a gestão do contrato (alterações e ordens administrativas), a apresentação de relatórios (incluindo a comunicação dos resultados) e os pagamentos. O adjudicatário terá de inscrever-se e utilizar o sistema de intercâmbio eletrónico de dados adequado, de modo a permitir a gestão eletrónica do contrato.

A gestão eletrónica do contrato através do referido sistema pode começar na data em que se inicia a execução do contrato, como descrito no artigo 18 infra, ou numa data posterior. Neste último caso, a entidade adjudicante informará o adjudicatário por escrito de que tem de utilizar o sistema eletrónico para todas as comunicações dentro de um prazo de 3 meses.

Artigo 11.º Garantia de execução

Não é exigida garantia de execução.

Artigo 12.º Responsabilidade e seguros

12.2, o Incoterms utilizado:è

- **DDP (Delivered Duty Paid):-** *Entregue com direitos pagos:* Incotermo que impõe ao vendedor obrigações máximas no que respeita aos riscos do transporte e de perda, bem como aos danos associados às mercadorias a fornecer:
«o vendedor entrega as mercadorias no momento em que estas são colocadas à disposição do comprador, desalfandegadas para importação no meio de transporte, prontas para desembarque no local de destino designado. O vendedor assume todos os riscos e custos associados ao transporte das mercadorias até ao local de destino e tem a obrigação de desalfandegar as mercadorias, não só para exportação, mas também para importação, pagar eventuais direitos de importação e de exportação e

cumprir todas as formalidades aduaneiras.»¹ A transferência dos riscos e dos custos ocorre no local de descarga das mercadorias, no local de destino acordado.

Artigo 17.º Patentes e licenças

- 24.2 Na altura da entrega no local indicado nos documentos de concurso, será realizada uma verificação dos bens na presença de um (ou mais) representante(s) do adjudicatário e um (ou mais) representante(s) da entidade contratante. Esta verificação terá como objectivo a confirmação da conformidade dos bens recebidos com as especificações adjudicadas e o regular funcionamento de cada item fornecido. Esta verificação será documentada por "Fichas de Conformidade e Funcionamento" que serão assinadas pelos representantes acima mencionados.

Artigo 26.º Princípios gerais para os pagamentos

- 26.1 Os pagamentos devem ser efetuados em meticais (MZN)
- Não está previsto pré-financiamento no presente contrato.
- Os pagamentos são autorizados depois controle de garantia para Jembi e efetuados pela COSV
- 26.3 Em derrogação, o pagamento final ao adjudicatário dos montantes devidos deve ser efetuado no prazo de 90 dias após a receção pela entidade adjudicante de uma fatura e do pedido de certificado de receção provisória.
- 26.5 Para obter os pagamentos, o adjudicatário deve transmitir à autoridade referida no artigo 26.º, n.º 1:
- a(s) fatura(s) juntamente com o pedido de receção provisória dos fornecimentos.

Artigo 29.º Entrega

- 29.5/6/7 Os documentos de origem e as garantias de cada item devem acompanhar cada entrega

Artigo 33.º Assistência pós-venda

- 33.1 Precisar qualquer tipo de assistência pós-venda que o adjudicatário deverá prestar

Artigo 40.º Resolução de litígios

- 40.4 Quaisquer litígios que possam surgir ou resultar do presente contrato e que não possam ser resolvidos de outro modo são da competência exclusiva dos Tribunais de Maputo em conformidade com a legislação nacional de Moçambique.

¹ Ver <http://www.iccwbo.org/incoterms/>

Artigo 44.º Proteção de dados

1. O tratamento, pela entidade adjudicante, de dados pessoais relacionados com o presente contrato é efetuado em conformidade com a legislação nacional do Estado da entidade adjudicante e com as disposições da respetiva convenção de financiamento.

2. Na medida em que o contrato abranja uma ação financiada pela União Europeia, a entidade adjudicante pode partilhar com a Comissão Europeia comunicações relacionadas com a execução do contrato. Estes intercâmbios devem ser efetuados com a Comissão exclusivamente com o objetivo de permitir que esta última exerça os seus direitos e obrigações ao abrigo do quadro legislativo aplicável e do acordo de financiamento com o país parceiro - entidade adjudicante. Os intercâmbios podem envolver transferências de dados pessoais (tais como nomes, dados de contacto, assinaturas e CV) de pessoas singulares envolvidas na execução do contrato (tais como adjudicatário, pessoal, peritos, estagiários, subcontratantes, seguradoras, garantes, auditores e consultores jurídicos). Nos casos em que o adjudicatário procede ao tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do contrato, deve informar os titulares dos dados da possível transmissão dos seus dados à Comissão. Nos casos em que os dados pessoais são transmitidos à Comissão, esta procede ao seu tratamento em conformidade com o Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos e organismos da União e à livre circulação desses dados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 45/2001 e a Decisão n.º 1247/2002/CE¹ e como indicado na declaração de privacidade publicada no ePRAG.

Artigo 45.º Outras disposições adicionais

* * *

¹ JO L 205 de 21.11.2018, p. 39.